

**SEMINÁRIOS DA
CULTURA**



ATA DO SEMINÁRIO DA CULTURA - ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL PARA ELABORAÇÃO DO PAAR – PNAB 2024.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio de 2024, às 14:09, reuniram-se, de forma presencial e virtual na Sala LGBTQIAPN+ de número 05 do Bloco B do Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro, cito a Avenida Pedro Teixeira, 2565, – Dom Pedro – Manaus/AM, CEP 69058-785, conforme divulgação em rede social, portaldoam publicada no dia 21/05/2024. A reunião de escuta do coletivo LGBTQIAPN+ teve como mediadores: Paulo César Marques Holanda e Jady Batista de Castro representantes da Sociedade Civil, e Rosy Cleia da Silva, servidora da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania como representante do Poder Público. Como apoio à mediação destes Conselheiros, Turenko Beça, como intérprete de Libras Caroline Rodhis e para secretariá-los com esta Ata, Luiza Angélica Oliveira Guglielmini. A equipe decidiu aguardar quórum até às 15:00h para dar início aos trabalhos, sendo este o público presente na sala física e 5 pessoas presentes na sala virtual, sendo 2 destes da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas. O trabalho iniciou com o mediador Paulo fazendo a leitura do Guia rápido de apoio às Escutas. Depois, o Conselheiro passa a ler as perguntas norteadoras do debate, sendo a primeira pergunta respondida com a participação do Chesco Nery, que disse que há necessidade de tudo, principalmente o resgate a memória do movimento LGBTQIAPN+. Este diz que com exceção do Departamento de História que tem uma pesquisa, ele não tem notícia de nenhuma outra. Também faz um adendo a sigla correta, que é o LGBT, mas os intersexos são identidades políticas, e no caso, só entram na questão acadêmica, para discussão de gênero, pediu para fazer essa questão de esclarecimento. Registro da presença de Marcelo Dias, representante do Escritório MinC no Amazonas. Este diz participar por conta da adequação orçamentária e que esse momento é o da descentralização das escutas, para que haja a devolutiva para adequação. O PAAR todos os anos vai ocorrer, e é preciso pensar a médio prazo, o ano 1 se faz isso, no ano 2, isso, porque são cinco anos de Aldir Blanc, é importantíssimo entender essa cadeia, e pensar a partir do quinto ano, para não ficar dependente do recurso. O intento é a sociedade civil, parabeniza a todos os que venceram, em 19 editais que ocorreram no MinC. Este despede-se e se põe a disposição. Seguimos a leitura dos questionamentos da escuta, e novamente Chesco pediu a palavra e manifestou que em Manaus tudo acontece com atraso, e as manifestações culturais e artísticas para a população LGBT é bem escassa de recurso, é importante perguntar qual é a real divisão pra se alcançar, pensar numa forma de contemplar todos e não deixar ninguém para trás,

porque a questão LGBT também está ligada com a cultura e é importante que não tenha mais estigmas. Também possíveis formadores de cultura, eles fazem cultura e não entendem que isso também faz parte do processo, eu sou fazedor de cultura, sou também Trans e hoje sei que isso é uma arte, é importante ter o fomento. Paulo relata que na Conferência de Cultura teve uma representante de Manacapuru que tem se esforçado para usar esses recursos, e agora vamos poder ampliar esses recursos. Chesco fala que a arte Trans muitas vezes nem é vista desta forma, e que as DragQueens agora que estão passando a se enxergar desta forma, é um processo de emancipação, muitas vezes isso as surpreendes, e contribui para diminuir a fobia aos LGBTs. Não há como fazer Política Pública sem centrar nas pessoas, e é isso que se pensa na sustentabilidade do desenvolvimento.

Ariel da Galeria de Arte, se apresenta e pergunta como vai ser o tratamento das pessoas trans na Lei Paulo Gustavo, porque o nome social precisa ser levado em conta, e como o edital vai ser estruturado, os nichos precisam estar separados, os trans, os gays, etc, é preciso também melhorar o tratamento do nome social, porque o nome morto, chamado pela comunidade, muitas vezes é o que é levado em conta pelos documentos da Secretaria. Paulo responde que é importante que a Secretaria fique sensível ao nome social levantado pelo colega, na demanda dos editais. O que ele traz é a proposta da sensibilidade às necessidades das pessoas trans, porque já temos o edital, mas precisa pensar os valores, como por exemplo, um curso de make trans, o valor para a capital é um, possivelmente o do interior é outro.

Chesco também levanta a questão dos projetos por segmento, é importante ser segmentado, a própria PNAB tem que ter o desdobramento, porque nós LGBTs precisamos devolver os recursos em forma de projetos que tenham desdobramentos sociais, para que a sociedade nos veja, veja a comunidade LGBT. É importante isso para a política pública abraçar a todos, todas e todes. No que tange a Art. 9º § 1º do Decreto n. 11.740/2023 que fala da fruição em áreas periféricas, também o Art. 9º § 5º do Decreto n. 11.740/2023, que dispõe sobre as medidas da acessibilidade. Chesco fala de sua formação em Ciências Sociais e fala da questão da periferia que pode estar no centro de Manaus e as que estão distantes, com comunidades que estão à margem, e como pensar essas comunidades sem cultura? Mas quando se fala em comunidade LGBT, que sabe que que consome cultura são os homens gays privilegiados que tem uma renda melhor, mas por exemplo, os que estão no interior ou na comunidade indígena, tem uma comunidade em Tabatinga de gays indígenas Ticunas bem grande, e pensando essa possibilidade na nossa região como Amazonas. E pensando que também é preciso ver os gays com deficiência, como fazer esses ajustes, é preciso pensar os projetos que tenham e priorizem esse acesso.

Lenine Charles se apresenta, e fala que sobre todas as ações que podem ser priorizadas, o principal ponto é colocar a responsabilidade social, e fala da desigualdade social/estrutural, e dificuldade de acessar alguns espaços na prática

artística, não somente como fruição, mas também participação deste processo artístico. Faz a seguinte pergunta a respeito do Claudio Santoro, há uma espécie de letramento nos profissionais que fazem parte do Liceu? Revela que ele mesmo passou por situações transfóbicas, e que há necessidade do espaço esteja preparado para acolher os trans presentes. Importante ter cursos de letramento e enquanto público, buscar opções alternativas a essas pessoas, com cursos livres, cursos de dramaturgia, por exemplo, para que não se tenha que viajar a outro estado para ter a formação. Como adaptar os espetáculos LGBTs aos intérpretes de libras? Outra proposta é pensar essa acessibilidade.

Jonysson se apresenta como fazedor da arte do transformismo, que está esquecida. Mas essa arte é feita por travestis transsexuais também, e elas precisam se sentir acolhidas, tem que ter uma visibilidade maior para essas pessoas, pois são as que mais sofrem, e precisam ser vistas. Fala de possibilidade de eventos, oficinas, concursos de miss transformistas, concessão de prêmios como em outros Estados.

Agora, as 15:56h temos 6 participantes virtuais e uma presencial. Retomamos a primeira indagação para esclarecimentos. E há uma provocação pois não se tem respostas, pois há deficiências não visíveis, quais são as formas que se tem de gerar dados a essas pessoas sem que elas tenham que se expor, como autismo, fibromialgia, TDAH, há um constrangimento muito grande quando tem que se renovar ou recorrer algo para conseguirem melhor tratamento.

Mapy Mura se apresenta e fala das pessoas que trabalham com cultura mas não são organizadas, de 10 vagas 8 foram contempladas, mas entende que há muitos trabalhadores trans. A proposta é que haja um mapeamento, além de fazer a formação, pois muitos trabalham com Cultura, mas não entendem isso como mercado. Cabe ao Poder público ofertar formação a essas pessoas. Fala também que de acordo com a Lei, o Estado precisa criar formas, ter um edital específico 50% diversidade de gênero, e a outra 50% diversidade sexual, além dos indutos de acesso a outros editais específicos e dentro destes, o apontamento dos cis e dos trans. Quanto a deficiência, cita a sua, o ceratocone, pela visão que já perdeu, e é urgente a necessidade de apontar, aumentar a possibilidade de caminhos às deficiências que não são visíveis.

Se colocar na régua uma mulher trans ou o homem gay, as interseccionalidades findam dando mais situações de preconceitos. Sugere que haja um edital para o mapeamento, principalmente o que se refere às mulheres trans, porque além da cultura é preciso saúde. Paulo esclarece que isso pode ser contemplado através de estudos, pesquisas, curadoria. Mapi fala do custo da busca ativa, e não há como depender de edital para que haja esse levantamento. A proposta é que sejam contratadas pessoas qualificadas, que integre a sigla, para fazer esse mapeamento com pessoas verificadas.

Paulo retoma a leitura a respeito das cotas, pergunta se há possibilidade de considerar a cota aos LGBTs, como pensar isso às minorias? Mapi sugere que haja uma cota de igualdade dos povos indígenas e o povo negro de 20% para cada um e 10% aos de acessibilidade. Para além disso, sugere pensar numa proposta ousada, como um aumento de proposta de 30% para indígenas e 30% para os negros.

Paulo segue a leitura em relação ao tempo de 5 anos da PNAB, e Chesco fala que essa construção com os pares vai ser de muita relevância.

Mapi fala que dentro da PNAB há da verba do Cultura Viva, Pontos e Pontões, existe uma proposta de financiamento de um valor todos os meses como plano de manutenção do espaço, é bom pensar em como flexibilizar as regras do que se torna um ponto, porque há várias instituições que não se encaixam nas regras mas agem como tal. Então, de que forma fazer esse levantamento contínuo de espaços, principalmente ao público LGBT.

Paulo esclarece que amanhã de manhã será a discussão dos Pontos e Pontões de Cultura. Lenine fala que esta reunião demonstra que já estamos no caminho de construir uma melhor realidade e especificidade, porque aqui temos a ascendência indígena e povo caboclo, e é preciso entender o custo de operação dos projetos, em relação as distâncias dos grandes centros. É preciso entender o fazedor de cultura trans, gay, não binário... É preciso entender como esses pontos estão sendo levantados na comunidade LGBT.

Chesco fala que é preciso pensar em como vamos ter uma efetividade social, como pensar os empreendedores LGBTs, como ter o desdobramento de resultados das perspectivas por exemplo, meninas trans que performam, como fazer a maquiagem, as roupas, etc, como elas podem contribuir com oficinas, e depois pensar em festivais, e tratar isso também com a iniciativa privada, como em São Paulo, isso é feito pra uma marca de perfume Cartier.

Também pensar num plano de cargos e salários, há artistas que não sabem dar preço ao seu trabalho, é preciso ajudar a vender o produto dele, mesmo que essa ajuda seja fazendo o portfólio. Como fazer a longo prazo essa ajuda.

Taline da Empregay fala que o empreendedorismo ao segmento deve seguir buscar esse mapear para dar vulto a economia criativa. Manaus é muito conservadora e preconceituosa, a ponto de as pessoas não encontrarem a bandeira do movimento para comprar. A PNAB vai trazer benefícios para fomentar a cultura e dar essa visão que esse público é empreendedor. Aqui está tentando sobreviver! Esses cinco anos é o início de um tempo.

	
<p>Público virtual da reunião</p>	<p>Equipe técnica e público presencial</p>

Esta ata, após lida com os presentes, vai assinada por mim e por todos.